



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

29
L
093

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184787-4/01

RECORRENTE: ANA LÚCIA EPAMINONDAS BARROS E OUTROS

RECORRIDO: MUNICÍPIO DO RECIFE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ARGUMENTOS REPETITIVOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS. DEVER INERENTE AO PODER EXECUTIVO, E NÃO AO PODER JUDICIÁRIO. ARTIGO 37, INCISO X, DA CARTA MAGNA. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. ARTIGO 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO A NORMA FORMA DE CÁLCULOS E AS GRATIFICAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DECESSO REMUNERATÓRIO ALEGADO. AUSÊNCIA DE DIREITO A REGIME JURÍDICO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1-Todos os questionamentos feitos no presente recurso foram rebatidos na decisão terminativa prolatada na Apelação Cível nº 0184787-4.

2-Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de apelação em apenso, *in caso*, que, este órgão não poderá invocar o Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário, a fim de justificar a impossibilidade de determinar que o Poder Executivo assegurasse a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos. Ademais, questiona, ainda, o fato de não estar ocorrendo as correções periódicas nos vencimentos e gratificações dos servidores do Município de Recife. Diante desse contexto, alega que restou caracterizado decesso na remuneração global de cada recorrente.

3-Deste modo, compulsando os autos, verifica-se que na decisão fustigada foi reconhecida que a pretensão dos recorrentes encontra-se amparo no inciso X, do artigo 37, da nossa Carta Magna, o qual apresenta o seguinte teor: "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices". Assim, foi ressaltado que não resta dúvidas de que o Poder Executivo Municipal tem o dever de observar o supracitado dispositivo, e propor, anualmente, a revisão da remuneração dos servidores municipais.

4- Entretanto, restou claro na decisão combatida que, o Poder Judiciário não possui a prerrogativa de decidir maneiras ou formas de incentivos de recursos financeiros, nem mesmo aumentar vencimentos com base no princípio da isonomia, pois agir dessa forma estaria indo de encontro ao Princípio da Separação dos Poderes, insculpido no artigo 2º, da nossa Carta Magna. Ou seja, não poderá o Poder Judiciário agir no âmbito da



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

30
2
094

esfera administrativa ou legislativa, sob pena de violar o mencionado princípio.

5-Ademais, no que tange a afirmação dos recorrentes de que houve decesso nas suas remunerações com a nova forma de cálculos de suas gratificações, também, verificou-se que não merece amparo, porquanto, conforme salientado na decisão atacada, além dos recorrentes não ter demonstrado que a nova forma de cálculo das gratificações acarretou decesso nos seus vencimentos, proventos e pensões; é assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que uma nova lei pode regular relações jurídicas existentes entre os servidores públicos e a Administração, extinguindo, reduzindo ou criando vantagens, não havendo que se falar em direito adquirido a regime jurídico, desde que observada, sempre, a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos, prevista no artigo 37 da Constituição Federal.

6- Recurso conhecido e improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0184787-4/01, figurando como recorrente a Sra. ANA LÚCIA EPAMINONDAS BARROS E OUTROS e como recorrido o MUNICÍPIO DO RECIFE; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2012


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184787-4/01

RECORRENTE: ANA LÚCIA EPAMINONDAS BARROS E OUTROS

RECORRIDO: MUNICÍPIO DO RECIFE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

ANA LÚCIA EPAMINONDAS BARROS E OUTROS, já qualificados nos autos, ingressaram com o presente recurso de agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos da Apelação Cível em apenso que, negou seguimento ao recurso, em razão da decisão fustigada estar em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (fls. 02/13).

Ademais, tais recorrentes, também, impugnaram o teor da decisão terminativa referida, no excerto em que a mesma deu provimento ao recurso de Apelação Cível proposto pelo Município de Recife, ora recorrido, em virtude da decisão atacada estar, no ponto questionado por este órgão, em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Menciona, de forma sucinta, basicamente os mesmos argumentos trazidos nas razões recursais de fls. 440/459 dos autos em anexo, devidamente analisados na apelação cível que deu origem ao presente recurso.

Ademais, os recorrentes refutaram os argumentos que embasaram o provimento do recurso de Apelação interposto pelo Município do Recife, aduzindo, sucintamente, que a Administração Pública Municipal congelou suas gratificações e demais vantagens, o que lhes gerou uma diminuição salarial.

Desta feita, os mesmos interpuseram o presente recurso com a pretensão de ter suas gratificações reajustadas pelo Poder Judiciário.

É o relatório.

Recife, 26/01/2015

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



32
2

096

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184787-4/01

RECORRENTE: ANA LÚCIA EPAMINONDAS BARROS E OUTROS

RECORRIDO: MUNICÍPIO DO RECIFE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de recurso de agravo de decisão terminativa que, negou seguimento ao recurso interposto pelos ora agravantes, em razão da decisão recorrida estar, na questão impugnada por estes, em consonância com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e, deu provimento ao recurso proposto pelo Município do Recife, sob a fundamentação de que, no que tange a pretensão deste órgão, a decisão fustigada estava em confronto com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de apelação em apenso, *in caso*, que, este órgão não poderá invocar o Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário, a fim de justificar a impossibilidade de determinar que o Poder Executivo assegurasse a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos.

Ademais, questiona, ainda, o fato de não estar ocorrendo as correções periódicas nos vencimentos e gratificações dos servidores do Município de Recife. Diante desse contexto, alega que restou caracterizado decesso na remuneração global de cada recorrente.

Apreciando os fundamentos exarados na decisão impugnada, verifico que todos esses questionamentos foram rebatidos na decisão terminativa de fls. 532/546 dos autos em apenso.

Destarte, compulsando os autos, verifico que na decisão atacada foi reconhecida que a pretensão dos recorrentes encontra-se amparo no inciso X, do artigo 37, da nossa Carta Magna, o qual apresenta o seguinte teor: "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 9º somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices" (Original sem Grifos).

Um Nesse contexto, foi ressaltado que não resta dúvidas que o **Poder Executivo Municipal** tem o dever de observar o supracitado dispositivo, e propor, anualmente, a revisão da remuneração dos servidores municipais.

Entretanto, restou claro na decisão combatida que, o Poder Judiciário não possui a prerrogativa de decidir maneiras ou formas de incentivos de recursos financeiros, nem mesmo aumentar vencimentos com base no princípio da isonomia, pois agir dessa forma estaria indo de encontro ao Princípio da Separação dos Poderes,



33
2
097

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

insculpido no artigo 2º, da nossa Carta Magna. Ou seja, não poderá o Poder Judiciário agir no âmbito da esfera administrativa ou legislativa, sob pena de violar o mencionado princípio.

Diante desse contexto, não há dúvidas de que o órgão jurisdicional não possui competência para determinar tal revisão anual da remuneração de 1999 dos servidores municipais, pois agir dessa forma caracterizaria usurpação de poder do Executivo Municipal.

A fim de ratificar a tese exposta na decisão recorrida, transcreveu-se o entendimento assente de nossos Tribunais, encontrando-se, inclusive, sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula nº 339, transcrita, *in verbis*, a seguir:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".

Ademais, confirmando o entendimento exposto acima, foram colacionados, também, vários precedentes dos nossos Tribunais Superiores, senão vejamos:

O Supremo Tribunal Federal, assim já se posiciona:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. DIREITO À REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O INCISO X DO ARTIGO 37 DA MAGNA CARTA (REDAÇÃO ORIGINÁRIA). NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO FIXAR O ÍNDICE OU DETERMINAR QUE O CHEFE DO EXECUTIVO ENCAMINHE O RESPECTIVO PROJETO DE LEI. JURISPRUDÊNCIA DO STF. Mesmo que reconheça mora do Chefe do Poder Executivo, o Judiciário não pode obrigá-lo a apresentar projeto de lei de sua iniciativa privativa, tal como é o que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores, prevista no inciso X do artigo 37 da Lei Maior, em sua redação originária. Ressalva do entendimento pessoal do Relator. Precedentes: ADI 2.061, Relator Ministro Ilmar Galvão; MS 22.439, Relator Ministro Maurício Corrêa; MS 22.663, Relator Ministro Néri da Silveira; AO 192, Relator Ministro Sydney Sanches; e RE 140.768, Relator Ministro Celso de Mello. Agravo regimental desprovido.

(RE 527622 AgR, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 22/05/2007, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 DJ 24-08-2007 PP-00067 EMENT VOL-02286-16 PP-02972)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. INFLAÇÃO.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

34
2
098

IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA QUAL NÃO DECORRE O DIREITO À REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O INCISO X DO ART. 37 DA CARTA DE OUTUBRO (REDAÇÃO ORIGINÁRIA). NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO FIXAR O ÍNDICE OU DETERMINAR QUE O EXECUTIVO O FAÇA. JURISPRUDÊNCIA DO STF. A garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos não autoriza o Poder Judiciário a fixar índice de revisão geral, na forma do inciso X do art. 37 da Magna Carta (redação originária), dada a necessidade de lei específica, cujo processo legislativo é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Não altera esse entendimento o suposto fato de as leis específicas editadas pelo ente federado terem concedido aumentos inferiores aos índices inflacionários apurados no período. Mesmo que reconheça mora do Chefe do Poder Executivo, o Judiciário não pode obrigá-lo a apresentar projeto de lei que trate da revisão geral anual da remuneração dos servidores, prevista no inciso X do art. 37 da Lei Maior. Ressalva do entendimento pessoal do Relator. Precedentes: ADI 2.061, Relator Ministro Ilmar Galvão; MS 22.439, Relator Ministro Maurício Corrêa; MS 22.663, Relator Ministro Néri da Silveira; AO 192, Relator Ministro Sydney Sanches; e RE 140.768, Relator Ministro Celso de Mello. Agravo regimental desprovido. (RE 327621 AgR, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 21/02/2006, DJ 27-10-2006 PP-00046 EMENT VOL-02253-04 PP-00677)

Outrossim, este é o entendimento sedimentado por nosso Superior Tribunal de Justiça:

Am
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, EM FACE DA OMISSÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NA INICIATIVA DE LEI QUE PREVÊ REVISÃO GERAL ANUAL. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1- A iniciativa para desencadear o procedimento legislativo para a concessão da revisão geral anual aos servidores públicos é ato discricionário do Chefe do poder executivo, não cabendo ao judiciário suprir esta omissão, motivo por que é descabida a indenização*- aos servidores públicos.

2- O art. 557 do CPC permite ao relator negar provimento a recurso, cuja matéria estiver em confronto com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como é a hipótese dos autos.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

3- Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 998.107/MT, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 10/11/2008)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO. ART. 557 DO CPC. AUSÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO GERAL ANUAL. PROJETO DE LEI. INICIATIVA. ATO DISCRICIONÁRIO. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MORA. INDENIZAÇÃO. SÚMULA 339 DO STF.

1. Tratando-se de recurso manifestamente inadmissível, é perfeitamente possível ao relator negar-lhe seguimento, a teor do art. 557, do CPC.

2. A iniciativa do Presidente da República na elaboração de projeto de lei para concessão de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos é ato discricionário do Chefe do Poder Executivo.

3. Esta Corte adotou o entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que o reconhecimento do direito à indenização, em virtude da mora do Chefe do Poder Executivo, redunda na própria concessão do reajuste pelo Poder Judiciário, o que contraria o conteúdo da Súmula 339/STF.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1061866/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 13/04/2009).

Diante de todo esse contexto, pode-se perceber que, a decisão recorrida não merece ser reformada, tendo em vista que, o Poder Judiciário não poderá determinar a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais, em razão de ser matéria de iniciativa do Poder Executivo municipal, pois agir contrariamente ensejaria violação ao artigo 2º, da Carta Magna, consoante já afirmado acima.

Por fim, no que pertine a afirmação dos recorrentes de que houve decesso nas suas remunerações com a nova forma de cálculo de suas gratificações, observo também, que não merece amparo.

DM Isso porque, conforme já salientado na decisão atacada, além dos recorrentes não ter demonstrado que a nova forma de cálculo das gratificações acarretou decesso nos seus vencimentos, proventos e pensões; é assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que uma nova lei pode regular relações jurídicas existentes entre os servidores públicos e a Administração, extinguindo, reduzindo ou criando vantagens, não havendo que se falar em direito adquirido a regime jurídico, desde que observada, sempre, a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos, prevista no artigo 37 da Constituição Federal.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Diante do exposto, tenho que os apontamentos trazidos pelos recorrentes são irrelevantes e não têm o condão de modificar a decisão recorrida, não se afigurando como fatos novos, mas, visualizados como rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados.

Cumpre ressaltar que esta Câmara assim já decidiu em casos onde os recursos apenas trazem repetição de argumentos, não mencionando nada de novo para o deslinde da matéria:

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. PERDA DE OBJETO DA AÇÃO. MATÉRIA JÁ PACIFICADA NESTE TRIBUNAL E NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. CONDENAÇÃO EM VERBAS SUCUMBENCIAIS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CABIMENTO. MERA REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS LANÇADOS NA PEÇA APELATÓRIA. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

Omissis.

4. A mera irresignação dos recorrentes, demonstrada na simples repetição dos termos já constantes em sua peça de apelo, cujos argumentos já foram devidamente repelidos naquele 'decisum' ora hostilizado - onde se fez referência, inclusive, de que tais argumentos já seriam a repetição daqueles trazidos em sua peça atrial -, sem qualquer referência a fato novo ou circunstância relevante, não tem o condão de modificar aquele julgado, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria em exame;

5. Recurso de agravo que se nega provimento à unanimidade de votos.

(Recurso de Agravo nº: 161857-3/01; Rel. Luiz Carlos Figueiredo; Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 9/7/2008; Publicação 132).

Dessa forma, à luz do entendimento jurisprudencial acima esposado, não merecem ser acolhidos os argumentos dos recorrentes.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos da apelação cível nº 0184787-4.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -